

ANA RAQUEL CONCEIÇÃO

O BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E O ESTATUTO DO ARREPENDIDO COLABORADOR

AS NOVAS EXIGÊNCIAS
INVESTIGATÓRIAS NO (AINDA)
ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

ÍNDICE

Resumo.....	11
<i>Abstract</i>	13
Palavras-chave.....	15
Lista de abreviaturas.....	17
INTRODUÇÃO.....	19
I. O BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS.....	25
1. A razão de ser da criminalização do branqueamento de capitais.....	34
1.1. Perspetiva criminológica.....	37
1.2. Perspetiva histórica.....	41
1.3. Implicações dogmáticas.....	47
1.3.1. O bem jurídico.....	48
1.3.2. A descrição típica.....	54
1.3.3. O tipo subjetivo.....	58
1.3.3.1. O tipo subjetivo específico.....	67
2. Os crimes conexos.....	70
2.1. Dos crimes informáticos.....	95
2.2. Dos crimes de terrorismo.....	106
3. A criminalidade organizada.....	126
3.1. A comparticipação criminosa.....	132
3.2. A associação criminosa.....	140
3.3. Considerações confluentes da distinção dos conceitos.....	144

•

II. AS DIFICULDADES DO SISTEMA PROCESSUAL PORTUGUÊS FACE À CRIMINALIDADE ORGANIZADA.....	147
1. As dificuldades da investigação no branqueamento de capitais.....	150
1.1. As dificuldades implicadas por se tratar de crime de <i>colarinho branco</i>	151
1.2. As dificuldades originadas por ser crime de 2.º grau.....	152
1.3. As dificuldades originadas pela evolução tecnológica e informacional	154
1.4. As dificuldades originadas pela “comparticipação criminosa”	156
1.5. As dificuldades originadas pela atenção da comunicação social (os megaprocessos e os processos mediáticos).....	157
2. Os entraves clássicos	169
2.1. A prova como conceito polissémico.....	173
2.2. Os princípios informadores	176
2.3. Os meios de prova e de obtenção da prova (breve recensão)	182
2.3.1. Os exames.....	184
2.3.2. As revistas e as buscas.....	186
2.3.3. As apreensões.....	189
2.3.4. As escutas telefónicas.....	192
2.3.5. Os meios de obtenção da prova extravagantes.....	195
2.3.6. Alguns casos especiais da prova associada à nova criminalidade	199
3. As novas soluções	206
3.1. O auxílio da tipicidade “aberta”	207
3.1.1. A tipicidade e a prova indiciária.	212
3.1.2. A especialização dos conteúdos multidisciplinares que o branqueamento de capitais comporta	219
3.2. As novas soluções no que concerne à sua prevenção.....	223
3.2.1. A lei de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo.	224
3.2.2. A Lei de combate à criminalidade organizada.....	243
3.2.3. A união entre os Estados.....	245
3.2.3.1. A Eurojust e o Procurador Europeu	247
3.2.3.2. O mandado de detenção europeu.....	257

•

	•	
3.3. As novas soluções no que concerne à sua investigação		261
3.3.1. A especificidade na investigação nos crimes informáticos.....		263
3.3.2. A especificidade na investigação dos crimes de terrorismo.....		281
3.3.3. A especificidade da Lei de combate à criminalidade organizada (a Lei 5/2002, de 11 de janeiro)		284
3.3.3.1. O segredo profissional		285
3.3.3.2. O registo de voz e imagem.		288
3.3.3.3. O arresto preventivo com vista à perda alargada de bens a favor do Estado.....		292
3.4. Breve referência à lei de proteção de testemunhas.....		310
III. A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E O ESTATUTO DO ARREPEN-		
DIDO COLABORADOR		319
1. Que outras respostas legais serão necessárias (368º-A, n.º 11)?		320
1.1. As manifestações positivas, de relevância probatória, da colabora- ção de arguido na investigação criminal		328
1.1.1. As figuras do arrependimento/desistência e as regras de determi- nação da medida concreta da pena		329
1.1.2. As declarações de coarguido.....		335
1.1.2.1. As declarações de arguido e a prova testemunhal		336
1.1.2.2. As declarações de coarguido e as ações encobertas		339
1.1.2.3. O valor probatório das declarações de coarguido		341
1.1.2.4. As manifestações positivas da relevância das declarações de coarguido.....		345
2. O modelo anglo-saxónico		348
3. Breve referência ao estatuto do arrependido colaborador em países do modelo romano-germânico, em especial no Brasil e em Itália.....		356
3.1. Itália		356
3.2. Brasil.....		363
4. O arrependido colaborador e os ditames constitucionais do processo penal português.....		373
4.1. O prémio a atribuir ao arrependido colaborador.		380
4.2. O perigo da relevância do arrependido colaborador na aferição das condições gerais de aplicação das medidas de coação.....		383

•

4.3. A necessidade da positivação do estatuto de arrependido colaborador	386
4.4. A proposta de estatuto de arrependido colaborador.	391
CONCLUSÃO	405
Referências Bibliográficas	413
Jurisprudência citada e consultada	429
Páginas consultadas.....	433
Índice.....	435

•



GESTLEGAL

www.gestlegal.pt • editora@gestlegal.pt